

SUJEITO

SUBJECT

Luiz Roberto Peel Furtado de Oliveira¹

Resumo: A noção de sujeito é abordada em seus aspectos funcionais, lógicos e organológicos; tendo, como ponto de partida, as antecipações sobre a semântica do enunciado linguístico feitas por Aristóteles e, por outro lado, como ponto de chegada, textos de Mário de Andrade, que foram usados como exemplos para demonstrar a essencialidade e a presença do sujeito em todo o tipo de oração, conforme ensina o filósofo grego. Em Aristóteles, o sujeito é definido como o princípio lógico da oração, ou seja, o elemento ou o ser a partir do qual a oração vem a existir ou a ser conhecida ou a ser compreendida (elemento, quando estiver presente; ser, se ausente da estrutura da frase). Neste pequeno texto, o objetivo principal é aproximar a filosofia da linguagem da gramática, tentando compreender a essencialidade do sujeito e sua aplicação prática na análise sintática.

Palavras-chave: sujeito; lógica; gramática; sintaxe

Abstract: The notion of subject is construed in its functional, logical and instrumental aspects; presenting, as its starting point, the Aristotle's semantical anticipations and, on the other hand, as its result, Mario de Andrade's texts, that were used as examples to demonstrate the essentiality and the presence of the subject in every single type of sentence. Aristotle defines the subject as the logical principle of the clause, in other words, the element or the being from which the clause comes to exist other to be known or to be understood (element, whether it is present; being, whether it is absent of the structure of the sentence). In this small text, the main objective is to approximate the philosophy of language to the grammar, trying to understand the essentiality of the subject and its practice application in the syntactic analysis.

Keywords: subject; logic; grammar; syntax

Introdução

Neste artigo, o objetivo principal é aproximar a filosofia da linguagem, por meio da compreensão do étimo grego do termo sujeito, da gramática, compreendendo a essencialidade do sujeito e a sua aplicação prática na análise sintática. Para tanto, partimos do seu étimo em Aristóteles e apresentamos exemplos de Mário de Andrade, os quais serão analisados na tentativa de perceber as contradições encontradas na gramática e, sempre que possível, resolvê-las.

Houve, no decurso da história, várias recuperações interpretativas da obra de Aristóteles; porém, no tocante ao sujeito, foram pouco profundas, pois não retomaram as suas antecipações acerca

¹ Doutor e Mestre em Letras Clássicas, Bacharel e Licenciado em Letras, Bacharel em Arquitetura e Urbanismo e Professor de Latim, Filologia Românica e Gramática Histórica da Universidade Federal do Tocantins / Bolsista CAPES (luizpeel@uft.edu.br).

dos aspectos semânticos do enunciado linguístico com a profundidade desejada. Nem Apolônio Díscolo, na antiguidade clássica, nem os *Modistae*, na Idade Média, nem a escola de *Port-Royal*, após a Renascença, apesar do grande valor de cada um desses trabalhos, retomaram e desenvolveram as noções aristotélicas concernentes ao substrato do enunciado linguístico com a medida que possibilitasse a extensão das afirmações do estagirita.

Busquemos, para iniciar o nosso trajeto, as afirmações do filósofo concernentes à definição do termo; para ele, o sujeito (*hypokeímenon* - *subiectus*) é definido como “o ser a partir do qual as outras coisas são afirmadas” (não esqueçamos o nível dessa afirmação – o lógico), ou seja, o princípio da oração, quer da declaração – oração completa, contendo expressamente sujeito e verbo, quer da oração como simples enunciação – a frase de situação. Sendo o princípio, é o elemento essencial, a partir do qual, num contexto determinado, já existe uma oração; elemento lógico (ou semântico) e não necessariamente formal. Para a filosofia da linguagem, especialmente em Aristóteles, mas também em Wittgenstein e em muitos outros estudiosos da matéria, no contexto lógico, é necessário salientar a normatividade, a importância da regra, e não apenas a descrição; logo, quando determina a essencialidade do substrato, está indicando um fenômeno da expressão linguística que deve ser normatizado para a sua compreensão e para o seu ensino – o sujeito é o princípio do enunciado, estando presente ou não na sua expressão formal.

O termo sujeito foi usado abundantemente por Aristóteles na *Metafísica* e no *Organon*, e seu étimo, ao menos no que concerne aos estudos filosóficos e linguísticos pode ser suficientemente esclarecido pela análise desses textos. O sujeito semântico é, pois, o substrato lógico do texto, havendo outros sujeitos: o princípio gerador – o sujeito que fala; o princípio pragmático – o tópico ou tema; o princípio formal – a primeira palavra ou o primeiro sintagma utilizado para a sua enunciação; e, ainda, em relação ao texto, o seu primeiro princípio de compreensão – o título. Dessa forma, existem vários sujeitos ou princípios para um produto linguístico, sendo que o sujeito gramatical, para o discípulo de Platão, será sempre semântico ou lógico.

Agora, para compreendermos o quadro complexo da apresentação desse termo no contexto linguístico e gramatical, vejamos como os dicionários da língua portuguesa indicam a sua etimologia. Dentre os vários dicionários portugueses consultados, Moraes, Laudelino Freire, Caldas Aulete, Cândido de Figueiredo, Antenor Nascentes, Mesquita de Carvalho, Francisco

Fernandes e Aurélio Buarque indicam somente a forma latina “*subjectus*” (“*subjectu-*” para alguns), como étimo do termo sujeito; sendo que, desses autores, Moraes é o único que aponta a forma da primeira pessoa do presente do indicativo do verbo que, segundo ele, tem “*subjectus*” como particípio passado – “subjicio” - pôr debaixo.

Os dicionários etimológicos de nossa língua, Adolpho Coelho, J.T. da Silva Bastos, José Pedro Machado, Rodrigo Fontinha, Antenor Nascentes, Antônio Geraldo da Cunha e Silveira Bueno, adicionaram muito pouco ao que foi dito. Acrescentaram somente as formas da história portuguesa do termo e as suas correspondentes nas outras línguas românicas.

Quem apresenta algo novo, no seu *Dicionário de Raízes e Cognatos da Língua Portuguesa*, é Carlos Góes. Aponta a existência de duas raízes latinas com a mesma estrutura fonética (“*jac-*“): “*jac-*¹” de “*jacēre*” – estar deitado, do qual temos jazer, subjacente etc.; e “*jac-*²” de “*jacēre*” – pôr debaixo, do qual temos ejacular, jaculatória etc. Góes indica, ainda, três variações na forma da segunda raiz: “*jact-*“ (por influência do particípio “*jac-tum*”), em jact-o e seus cognatos; “*ject-*“, em ad-ject-ivo, con-ject-ura, pro-jéct-il, de-ject-o, in-ject-o, ob-ject-o, ab-ject-o, pro-ject-o e tra-ject-o; e “*ic-*“, em ob-ic-ce. Na segunda dessas, aponta outras variantes, das quais importa registrar a que contém a vocalização do “c”: “*jeit-*“, em su-jeit-o (de “*sub-ject-us*”) e re-jeit-ar (cf. o vocábulo português jeitar = arremessar), e “*jeiç-*“ em in-ter-jeiç-ão (cf. in-ter-ject-ivo) e re-jeiç-ão.

Quanto aos dicionários franceses consultados, Condillac, em suas *Oeuvres Philosophiques*, Pierre Larrouse, no seu *Grand Dictionnaire Universel du XIX^e Siècle*, Bloch e Wartburg, no *Dictionnaire Étymologique de la Langue Française*, Georges Galichet, no *Essai de Grammaire Psychologique* e J. Marouzeau, em seu *Lexique de la Terminologie Linguistique*, registram a forma “*subjectus*” de “*subjicere*” – “*mettre sous*” como étimo da forma francesa “*sujet*”.

Consequentemente, a maioria dos compêndios consultados não esclarece a existência da homonímia apresentada por Carlos Góes, dificultando a compreensão do étimo do termo no contexto gramatical. Há, pois, dois sujeitos; um que é o substrato, que é a base sobre a qual se concebe algo, e outro que é secundário, que é colocado debaixo. Em relação à frase, o primeiro sujeito é, de fato, a expressão que exerce a função gramatical de sujeito (o princípio semântico do

enunciado); o segundo, qualquer outra expressão contida na frase que seja predicada ou atribuída ao primeiro sujeito – podendo ser o próprio verbo, ou um sintagma adverbial, ou adjetival, ou até um modificador (elemento secundário do enunciado).

1 Compreendendo o “*hypokeímenon*”

Para exemplificarmos o termo, segundo a concepção oriunda das asserções de Aristóteles, vejamos alguns exemplos tirados dos *Contos Novos* de Mário de Andrade, que nos ajudarão a compreender a amplitude da definição que retiramos de Aristóteles:

O pior é que Frederico Paciência depusera tal confiança em mim, que fazia tais confissões sobre instintos nascentes que me obrigava a uma elevação constante do pensamento. (Frederico Paciência)

É o certo é que a água minava mais forte agora, livre da muita lama. (O poço)

...o certo é que eu já principiava me aceitando por um caso perdido, que não adianta melhorar. (Vestida de preto)

O certo é que nunca me mandou pedir pra ir vê-lo. (Túmulo, túmulo, túmulo)

A verdade é que a vida mudou pra aqueles três. (Caim, Caim e o resto)

Em todos esses exemplos, o sujeito é o membro posterior ao verbo, pois se trata do fenômeno comentado, enquanto o membro anterior indica o comentário a respeito desse fenômeno; é evidente que o fato é não só anterior ao comentário, mas também, mais determinado. Consequentemente, o comentário é que pertence ao fenômeno, e não o fenômeno ao comentário. Dentre duas afirmações unidas pela cópula, o modo de pertença é que indicará o sujeito, ou seja, será preciso comparar as duas afirmações é perceber qual delas pertence mais propriamente ao sujeito.

As definições de sujeito encontradas nas gramáticas tradicionais não são precisas, pois o apresentam como tópico (elemento a respeito do qual há a declaração), um de seus acidentes, que mesmo sendo o mais frequente, continua sendo apenas um acidente. Vejamos mais alguns exemplos de Mário de Andrade:

As camisolinhas, ela as conservaria ainda por mais de ano, até que se acabassem feitas trapos. (Tempo de camisolinha)

Os melhores interesses infantis do brinquedo, fazer comidinha, amamentar bonecas, pagar visitas, isso nós deixávamos com generosidade apressada para os menores.
(Vestida de preto)

Fica evidente que os termos grifados com apenas um traço representam (pela colocação na frase) o assunto da declaração, o tópico. Agora, se tomarmos simplesmente as declarações, deixando de lado as repetições antepostas a elas, encontraremos outros objetos como sujeitos (grifados com dois traços), que representam aquilo a partir do qual as coisas são ditas – aqui, nos exemplos, o agente; na primeira, o pronome “ela”, na segunda, o “nós”.

E devemos dizer que é o ser a partir do qual há a oração, e não o elemento, pois tanto pode sê-lo, nos casos em que se apresenta como princípio de existência, quanto não, nos casos em que se apresenta como princípio de compreensão. Logo, ou o sujeito é a fonte de existência (quando estiver conjunto na predicação) ou de compreensão (quando estiver apenas em sua ordenação lógica); e são esses os próprios do sujeito, pois o ser a fonte da existência de uma oração é somente próprio do sujeito, pois não o define completamente, já que pode ser também o seu princípio de compreensão.

Ainda temos o sujeito gerador (não-linguístico, isto é, pragmático), que é o ser ou a fonte da qual a oração vem a ser, da qual a oração é gerada, o sujeito externo, o indivíduo criador do enunciado linguístico (sujeito falante).

Ser a fonte da qual a oração é compreendida, ou seja, da qual o pensamento expresso é abrangido, implica também um sujeito externo, só que dessa vez no nível da frase. Não temos, nessas frases, o sujeito como um elemento linguístico formal, já que, geralmente, a expressão é imediatamente após a percepção do fato; mas, repitamos, é óbvio que temos um sujeito a partir do qual o pensamento expresso é compreendido.

Explicuemos com outros dois exemplos dos *Contos Novos*:

Está tão frio! (O ladrão)

Está quente hoje... (Nelson)

Afirmamos “chove”, quando percebemos a chuva, quer por meio da visão, quer da audição, quer do tato, quer do olfato. O mesmo se aplica aos dois exemplos citados: afirmamos “está frio”, quando percebemos (sentimos) o frio, e “está quente”, quando percebemos o calor; logo, são esses, respectivamente, os sujeitos das duas declarações.

Da mesma forma, quando dizemos “anoitece”, “amanhece”, “relampeja”, “está trovejando”, “neva”, “escureceu” e “está muito claro”, os sujeitos são respectivamente noite, manhã, relâmpago, trovão, neve, escuridão e claridade, pois, ao senti-los, é que somos levados a afirmar.

Esses, então, são os aspectos próprios do sujeito no nível da frase: ser ou o princípio de existência ou o princípio de compreensão do pensamento expresso.

E o gênero? O gênero do sujeito é o ser substantivo, já que é um traço necessário do sujeito, mas não próprio, pois o predicativo do sujeito, por exemplo, pode, também, sê-lo. Exemplo:

...o primeiro banco era a salvação,... (Primeiro de Maio)

Mas como o identificaremos? Como saberemos qual é o sujeito e qual o predicativo? Pela colocação? Pela ordem na frase? Não! Pelo significado. Lembremos Port-Royal (ARNAULD/LANCELOT, 1970, p. 191): “L’unique & véritable règle est, de regarder par le sens ce dont on affirme, & ce qu’on affirme. Car le premier est toujours le sujet & le dernier l’attribut en quelque ordre qu’ils se trouvent.”

Vejamos, então, a melhor forma para encontrar o sujeito; principalmente nas orações construídas com o verbo ser, que já foram exemplificadas acima, mas ainda não suficientemente abordadas. Nesse tipo de oração, às vezes, os dois termos unidos pelo verbo apresentam quase a mesma determinação formal ou modal, ou seja, são substantivos e indicam formalmente o ser, dificultando a indicação de qual seria o princípio se não for feito um exame atento.

Novamente, as asserções do estagirita nos ajudarão. A fórmula da declaração aristotélica carrega consigo a noção dos quatro predicáveis, a forma com que o que se predica pertence ao sujeito, quer essencialmente, como a definição, o próprio e o gênero, quer acidentalmente, como o

acidente. E são esses modos de dependência, modos de pertença, que definem a existência ou a ocorrência do predicado no sujeito.

O sujeito é, então, definido pelo modo de pertença, pela determinação modal do seres, isto é, pelo grau de determinação dos termos unidos pela cópula em relação à essência primeira que ambos representam. Consequentemente, nessas declarações, o ser mais determinado será sempre o sujeito, pois pertence mais intimamente à essência primeira; e não a acidentalidade da forma ou da ordem definindo a função de sujeito.

Vejamos algumas declarações (estes exemplos citados também são de Mário de Andrade, dos *Contos Novos*; o grifo nos sujeitos destas frases é sempre nosso). Primeiramente, aquelas que contenham um pronome como sujeito:

Eu era o tipo do fraco. (Frederico Paciência)

Ele era o meu ‘único’ amigo. (Frederico Paciência)

E foi esse o maior bem que guardo de Frederico Paciência. (Frederico Paciência)

Você é uma besta!”, “Besta é you. (Frederico Paciência)

O caminho não era aquele, aquele era o caminho do trabalho. (Primeiro de Maio)

Até parecia que o importante ali era eu. (Túmulo, túmulo, túmulo)

... aquele era o prato dela... (O peru de Natal)

Em todos esses exemplos, o sujeito está representado pelo pronome, que, como referente, aponta diretamente para o ser determinado (o *tóde ti* aristotélico), sem a necessidade de uma qualidade para descrevê-lo. E é por isso que, nesse tipo de oração, o pronome é sempre o sujeito.

Lembremos, novamente, as afirmações do filósofo grego, que se encontram em suas *Categorias*, nos parágrafos 3a, 36 e 37; e 3b, 10 e ss.:

Na essência primeira, não há nenhuma categoria, pois não é afirmada de nenhum sujeito. Toda essência parece significar um ser determinado. No tocante às essências primeiras, é incontestável e verdadeiro que significam um ser determinado, pois o designado é indivisível e uno quanto ao número. Quanto às essências segundas, [...] não é verdade, pois significam mais uma qualidade.

Retomemos, então, a explicação dada acima. O referente, designando um *tóde ti*, um ser determinado, possui um modo de ser independente e, conseqüentemente, só pode ser sujeito e nunca categoria, pois não pode ser afirmado de nenhum sujeito; em outras palavras, não pode ser declarado de nenhum sujeito (o nominativo é o caso reto por não conter flexões, por indicar diretamente o substrato das declarações).

Detenhamo-nos, agora, em algumas declarações que apresentam um nome substantivo como sujeito:

Maria foi o meu primeiro amor. (Vestida de preto)

O único morto ali era o peru, dominador, completamente vitorioso. (O peru de Natal)

E era mesmo um anjo o Tino, tão quietinho. (Caim, Caim e o resto)

... o assassino era o marido da Teresinha. (Caim, Caim e o resto)

Nesses quatro exemplos, os sujeitos são respectivamente Maria, o peru, o Tino e o marido da Teresinha e isso independe da ordem em que aparecem na oração, pois são mais determinados, qualidades essenciais, do que o meu primeiro amor, o único morto, um anjo e o assassino, qualidades mais acidentais.

Mais alguns exemplos:

Porém o sublime era a pele... (Jaburu Malandro)

Infelicidade é fenômeno de relação. (Nézia Figueira, sua criada)

... o que resultou foram lágrimas. (O peru de Natal)

Só que pôs reparo nisso foi o João. (O besouro e a Rosa)

João era quase uma Rosa também. (O besouro e a Rosa)

... a indústria é a gente. (Primeiro de Maio)

O que nos deliciava era mesmo a grave solidão. (Vestida de preto)

... o que nos salvou foi a distância. (Frederico Paciência)

... mas a boa mesmo era a grandona perfeita ... (Tempo de Camisolinha)

Quem abria era gente da fazenda mesmo, desses camaradas que entendem um pouco de tudo. (O poço)

Só quem estava imaginando que enfim se arranjava na vida era o vigia. (O poço)

Barba era aquela penuginha meio loura... (Primeiro de Maio)

Carmela era a primeira. (Jaburu Malandro)

Em cada uma dessas orações, como nos exemplos anteriores, o termo grifado é o sujeito porque é mais determinado do que o outro membro da respectiva declaração em relação à essência primeira que ambos designam. No penúltimo desses exemplos, entre barba e aquela penuginha, não há possibilidade de troca, pois penuginha descreve mais diretamente o ser em questão (os poucos fios de barba que o sujeito tinha) do que barba (usado genericamente), e o pronome também ajuda a indicar o sujeito.

E os acidentes?

Excetuando-se a definição de sujeito dada por Epiphânio Dias, identificada com o gênero do sujeito, uma vez que o define como substantivo, todas as outras encontradas nos nossos compêndios gramaticais se referem aos acidentes, pois definindo-os ou como agente, ou como paciente, ou como agente-paciente, ou ainda como tópico, remetem apenas ao que pode ou não pertencer a um sujeito, e nunca a sua essência.

São vários os acidentes do sujeito. Em relação a si mesmo, temos como acidentes principais as dez categorias aristotélicas, podendo ser:

- uma essência segunda (o quê):
É assim que o amor se vinga do desinteresse em que a gente deixa ele. (Mário de Andrade, Jaburu Malandro, *Os Contos de Belazarte*)
Convenhamos que o costume é lei grande. (Mário de Andrade, Jaburu Malandro, *Os Contos de Belazarte*)
- uma quantidade (o quanto):
Eram três, uma menorzinha e duas grandonas. (Mário de Andrade, Tempo de Camisolinha, *Contos Novos*)
- uma qualidade (o como):
Confiado em ti, o fraco affronta as tyrantias do forte. (Alexandre Herculano, O monasticon, apud Epifânio Dias, *Grammatica Practica da Língua Portuguesa*)
O português adorável do tipo dela se debastava aos poucos das vagezas físicas da infância. (Mário de Andrade, O besouro e a Rosa, *Os contos de Belazarte*)
- uma relação (com que se relaciona):

Uma das grandonas tinha as pernas um bocado tortas para o meu gosto, mas assim mesmo era muito mais bonita que a pequetinha, que trazia um defeito imenso numa das pernas, faltava a ponta. (Mário de Andrade, Tempo de Camisolinha, *Contos Novos*)

- um lugar (onde está):

... a praia do José Menino era quase um deserto longe. (Mário de Andrade, Tempo de Camisolinha, *Contos Novos*)

- um tempo (quando):

Meus filhos, são onze horas! (Mário de Andrade, Frederico Paciência, *Contos Novos*)

- um estado (como está):

Essa fraqueza que a invadia... (Mário de Andrade, Caçada de Macuco, *Primeiro Andar*)

- uma circunstância (o ter):

O pior é que Frederico Paciência depusera tal confiança em mim, me fazia tais confissões sobre instintos nascentes que me obrigava a uma elevação constante do pensamento. (Mário de Andrade, Frederico Paciência, *Contos Novos*)

- uma ação (atividade):

Tarde dar e negar estão a par. (Adágios, Provérbios ..., apud Epifânio Dias, *Syntaxe Historica Portuguesa*)

É preciso cortar os cabelos desse menino. (Mário de Andrade, Tempo de Camisolinha, *Contos Novos*)

- uma paixão (passividade):

Entre o rubi e a enxada, optara pela segunda, desgostando a coronelice ingênua do pai, mas a preferida lhe dera os orgulhos da honestidade e a serena paz dos patriarcas. (Mário de Andrade, Caso Pansudo, *Primeiro Andar*)

Em relação ao arranjo (sintaxe), temos a posição na frase e a concordância com o verbo como acidentes no nível do significante. No nível funcional temos, como principais acidentes, as seguintes funções semânticas: agente, receptor, agente-receptor e sede do processo verbal. Em relação à pragmática, o acidente mais comum é ser o tópico, o elemento a propósito do qual se faz a afirmação.

Vistos os acidentes, retomemos a definição. Quando afirmamos que o sujeito é o princípio, ele o é em relação a todas as orações; logo, a existência de orações sem sujeito, considerando-o como substrato, é impossível logicamente. Analisaremos os casos de oração sem sujeito contidos em nossas gramáticas. Usaremos, para tal fim, o levantamento feito pela professora Amini Boainain Haury. As gramáticas afirmam que não apresentam sujeito as expressões denotadoras de tempo (passado ou futuro, clima, hora, dia, mês, ano):

- tempo passado e futuro {haver, fazer, ir (em, para, por) e passar (de)}:
 - Há dois dias que isso aconteceu.
 - Dois anos havia que ele morava no campo.
 - Faz cinco anos que não aparece aqui.
 - Vai em dois anos que isso aconteceu.
 - Vai para dois anos que ele chegou.
 - Já passava de alguns meses que isso tinha acontecido.
 - Fará amanhã dez anos que ele chegou.
 - Já cinco sóis eram passados que dali nos partíramos.

Concordamos com Leite de Vasconcelos, Epiphânio da Silva Dias, Said Ali e Mattoso Câmara Júnior, que entendem a partícula que presente nessas declarações como uma conjunção temporal, com o valor aproximado de desde que, o que torna a oração precedida por essa partícula uma subordinada adverbial temporal da expressão denotadora de tempo, a qual tem como sujeito o próprio termo designado. Mesmo quando vier acompanhado de uma preposição, já que o fato de ser um tempo definido, determinado, é o suficiente para que seja designado como o princípio da declaração.

- clima {fazer, ser, estar e parecer (frio, calor, luar, sol, inverno)}:
 - No Nordeste faz calor também.
 - Aqui faz verões terríveis.
 - Estava frio durante a festa.
 - Fazia sol.
 - Era inverno.
 - Parecia outono.
 - Está tão quente.

Nesses exemplos há dois tipos de construção: um, que apresenta princípios de compreensão (“estava frio...” e “está tão quente”); outro, que já interiorizou os princípios, pois apresenta verbos que indicam a ocorrência dos tais (“No Nordeste faz calor...”, “Aqui faz verões terríveis”, “Era inverno” etc.).

- hora, dia, mês, ano {ser, estar, padecer (hora, noite, de madrugada, tarde, cedo, manhã, julho, 1978)}:
 - É uma hora.
 - Hoje é dia dez de agosto.
 - Hoje são dez de agosto.
 - Era de madrugada.
 - É tarde, e eles não vêm.
 - Era noite fechada.
 - Era dezembro.
 - Era à tardinha.
 - Era 1978.
 - Está tarde.
 - Parecia cedo.

Temos nessas declarações a repetição da situação ocorrida nos exemplos anteriores; há declarações com princípios de compreensão – “É tarde, e eles não vêm”, “Está tarde” e “Parecia cedo”, que apresentam como sujeito a percepção do momento presente. E há, ainda, construções que utilizam o verbo como um simples virtualizador, como um elemento que indica apenas a ocorrência – “É uma hora”, “Hoje são dez de agosto”, “Era dezembro”, “Era 1978” etc..

A maioria dos gramáticos considera, também, como oração sem sujeito aquela que possui o verbo haver na acepção de existir (“o verbo haver, empregado na acepção de existir, é impessoal e transitivo direto”):

- Quando há frio e neve na serra, também há lenha nestes montes e fogo nestas pedras... (F. Rodrigues Lobo)
- Havia, contudo, povoações fixas naqueles ermos; havia habitações humanas, porém não de vivos. (Herculano)

Temos nesses casos uma incoerência absoluta – a existência revelando ou indicando a inexistência. Os gramáticos subvertem a essencialidade do sujeito, pois é preferível, segundo o seu tipo de análise, uma anomalia lógica a uma anomalia formal; várias explicações são dadas, sempre se apoiando apenas no nível do significante.

A ‘mais’ convincente? A forma oblíqua do pronome que substitui o nome nesse tipo de construção o obriga a ser objeto direto e nunca sujeito (“Minas, não as há aqui”, C. D. de Andrade). Ora, por que a lei formal que impede um pronome oblíquo de ser sujeito no português, não o impede de exercer tal função no grego, ou no latim? Ou mesmo no português, nas orações em que o pronome oblíquo átono é aceito como sujeito de um infinitivo (“Mandei-o sair”)?

A forma, separada do contexto lógico em que está empregada, ou do intelecto (*noûs*) que a usou, torna-se vazia para a análise. Ao contrário, servindo aos processos lógicos, com normatividade, mas sem prescrições cegas, enriquece o desempenho de seu utente, sendo que algumas línguas apresentam riqueza sem igual na criação formal, como o grego e o latim clássicos ou o alemão e o romeno modernos.

A maioria dos idiomas neolatinos não apresenta o sistema de casos. Entretanto, se as gramáticas permitissem e incitassem o uso das possibilidades criativas de cada uma dessas línguas, o indivíduo poderia desenvolver muito mais intensamente a sua capacidade lógica.

Poderíamos, até, dizer que existe certa servidão na composição dos tratados gramaticais, pois nossos tratadistas, quando compõem seus compêndios, cooperam com informações quase sempre pontuais, separadas perfeitamente nas várias seções do pensamento hodierno, visando consciente ou inconscientemente à reprodução das classes e dos sistemas vigentes, operando a fragmentação da personalidade do educando e, com isso, a sua submissão completa à nossa pouco criativa tradição gramatical. Nossa pretensão não é ossificar as afirmações de Aristóteles, mas mostrar a importância dos estudos diacrônicos ou pancrônicos.

Retornando ao nosso ponto central, são, também, segundo algumas gramáticas, orações sem sujeito aquelas que apresentam o verbo haver na acepção de ser possível (“precedido de negação

e seguido de uma oração infinitiva não preposicionada, o verbo haver, na acepção de ser possível, é também impessoal e transitivo direto”). Exemplos:

Não há fartar um mouro se come em mesa alheia. (Frei Luís de Souza)

Enfim, em quase todo o sermão não havia ouvir uma palavra de Cristo Crucificado. (Bernardes)

Trata-se, com certeza, de um caso tardio de não-aceitação de uma oração infinitiva como sujeito de outra oração.

São colocadas no mesmo grupo – orações sem sujeito, expressões que contenham o verbo ser com sentido existencial ou indicando distâncias:

Era uma vez um rei e uma rainha...

Era um rei e uma rainha...

Disse que era uma vez dois corcundas, compadres, um rico e outro pobre. (Câmara Cascudo)

Eram duas princesas muito lindas.

Da estação à fazenda são três léguas a cavalo. (Said Ali)

Quanto às quatro orações que apresentam o verbo ser com sentido existencial, concordamos com a explicação de Adriano da Gama Kury (*Lições de Análise Sintática*), o verbo é intransitivo e pessoal. Quanto ao último exemplo, esperamos que já esteja evidente, ao leitor, a existência do sujeito com verbos que indicam apenas a ocorrência, sendo substrato da declaração uma quantidade determinada, o que é preciso.

Outros seis casos de inexistência de sujeito, pela menor frequência, serão aqui agrupados:

- os verbos bastar e chegar com o sentido de suficiência:

Basta de férias! (Bernardo Guimarães)

Chega de sacrifícios!

Nesses casos, por se tratar de uma forma imperativa, o sujeito é aquele ao qual se dirige a mensagem.

- o verbo cheirar em determinadas construções:

Não cheira bem aqui.

Cheira a mar, a peixe, a fartum... (Raul Brandão)

Trata-se de um caso de princípio de compreensão, o sujeito é o próprio cheiro percebido, como nos casos que apresentam verbos indicando fenômenos da natureza.

- os verbos tocar e tanger significando dar sinal para alguma coisa:

Já tocou a recolher.

Tange a capítulo.

Novamente, verbos com princípio de compreensão.

- o verbo comer com o sentido de coçar, referindo-se a prurido, e o verbo doer:

Onde lhe dói?

Dói-me agora... não me doía. (Garrett)

Onde lhe come?

O mesmo caso, sendo que o sujeito é a dor ou a coceira percebida.

- o verbo dar com sentido de produzir:

... um sítio que está na beira do rio, onde dá muito boas bananas e laranjas. (Martins Pena)

O verbo dar, nessa construção, exprime a produção de boas frutas; logo, o sujeito é um princípio existencial – as próprias frutas.

- os verbos dar, bater e soar:

Quando dava sete horas, fechava o estabelecimento. (José Lins do Rego)

Tinham dado cinco horas e o dia declinava rapidamente. (Rebelo da Silva)

Temos, como nos exemplos em que as horas eram simplesmente afirmadas, casos de afirmações puras, nos quais o verbo cumpre o seu papel mais próprio, ou seja, o de significar a afirmação. O verbo simplesmente indica o tempo, sendo que o sujeito será sempre o tempo indicado.

2 Desfazendo a homonímia

Em relação ao conceito “sujeito”, desfaçamos, agora, a homonímia criada por Prisciano (o tratadista latino, quanto traduziu Apolônio Díscolo, não indicou o termo grego que originou o seu *subiectus*, no caso o vocábulo grego *hypokeímenon*, cuja melhor tradução é realmente substrato; e, como no latim há uma homonímia – *subiectus* de *subiaceo* e *subiectus* de *subiacio*, a confusão se formou, e muitos de seus intérpretes assumiram a forma oriunda de *subiacio* - “o que depende” e não de *subiaceo* - “o que está deitado abaixo, o substrato”). Teremos, então, com origens diferentes, o substantivo “sujeito” significando o princípio, aquilo que subjaz, o substrato; e o adjetivo “sujeito” significando dominado, subjugado, dependente, obediente, que, substantivado, significa ainda o indivíduo ou o súdito.

Conclusão

Concluamos: não pretendemos, como já dissemos, ossificar as teorias lógico-linguísticas de Aristóteles e tê-las como o princípio fundamental das teorizações a respeito do enunciado linguístico; nosso desejo é apenas relacionar o termo apresentado pelo filósofo como substrato do enunciado com algumas frases, para compreender de fato o que ele quis dizer com a sua determinação terminológica.

O sujeito, para essa compreensão, é o princípio, podendo sê-lo de existência (o elemento a partir do qual há a afirmação) ou de compreensão (o ser a partir do qual a afirmação é compreendida). Sendo ainda uma essência, será sempre substantivo, ou o que o substitui, um pronome, ou ainda qualquer expressão linguística substantivada. Consequentemente, não é o conceito aristotélico que contém problemas, mas a sua interpretação pelos gramáticos tradicionais, que o adotaram somente enquanto um conjunto de sistemas classificatórios, sendo incapazes de trabalhar racionalmente os conceitos e ignorando a homonímia latina.

A recuperação analítica das antecipações lógicas do filósofo grego coloca as coisas em seus devidos lugares (para esta nossa explanação baseada nas afirmações e no sentido específico do termo grego): o sujeito é o princípio da oração e o único elemento essencial para a existência da mesma. Logo, existe oração sem verbo, mas nunca oração sem sujeito. Sendo definido pela

ordem lógica, e nunca pela ordem no nível do significante, o sujeito é o ser mais determinado, aquele que representa mais intimamente a essência primeira, pois a qualidade accidental pertence à qualidade essencial, e nunca a essência, ao acidente.

Não confundamos o insuprimível logicamente – o sujeito, com o possível – a predicação verbal; o princípio é sempre essencial, e o que é dito a partir dele, sempre accidental, podendo até se tornar o substrato, mas só se particularizado.

Referências

- ALI, M. Said. *Dificuldades da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1950.
- _____. *Gramática Elementar da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1965.
- ANDRADE, Mário de. *Contos Novos*. São Paulo: Livraria Martins, 1956.
- _____. *Obra Imatura*. São Paulo: Livraria Martins, 1960.
- _____. *Os Contos de Belazarte*. São Paulo: Círculo do Livro, 1991.
- ARISTOTE. *Organon – Catégories et De L'interprétation*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1989.
- ARISTÓTELES. *Categorias*. Lisboa: Guimarães, 1982 (tradução de Silvestre Pinheiro Ferreira).
- ARISTOTELIS. *Categoriae et Liber de Interpretatione*. Oxford: Oxford University Press, 1986.
- _____. *Topica et Sophistici Elenchi*. Oxford: Oxford University Press, 1958.
- ARNAULD, Antoine. *Gramática de Port-Royal/Arnauld e Lancelot*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- ARNAULD et LANCELOT. *Grammaire Générale et Raisonnée*. Paris: Républications Paulet, 1969 (avec les remarques de Duclos et préface de Michel Foucault).
- ARNAULD et LANCELOT. *La logique ou l'art de penser*. Paris: Flammarion, 1970.
- BARBOSA, Jeronymo Soares. *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1881.
- CÂMARA Jr., J. Mattoso. *Dicionário da Lingüística e Gramática: referente à língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1985.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

CUNHA, C. e CINTRA, L.F.L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DUARTE, Maria Inês Pedrosa da Silva. *A Construção de Topicalização na Gramática do Português: Regência, Ligação e Condições sobre Movimento*. Lisboa: Faculdade de Letras, 1987.

FONTINHA, Rodrigo. *Novo Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Porto: Domingos Barreira, [s.d.]

HAUY, Amini B. *Da Necessidade de uma Gramática-Padrão da Língua Portuguesa*. São Paulo: Ática, 1987.

LIMA, Carlos H. da Rocha. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1985.

LUFT, Celso Pedro. *Dicionário de Gramática da Língua Portuguesa*. Porto Alegre: Globo, 1976.

MORAIS, Orlando M. de e MOTA, Petrônio. *Dicionário de Gramática*. Rio de Janeiro: Spiker, 1960.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário Etimológico Resumido*. Rio de Janeiro: I.N.L., 1966.

_____. *Dificuldades da Análise Sintática*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1959.

_____. *Método Prático de Análise Lógica*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1949.

_____. *Método Prático de Análise Sintática*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1959.

PONTES, Eunice Souza Lima. *Sujeito: da Sintaxe ao Discurso*. São Paulo/Brasília: Ática/I.N.L., 1986.

UHLIG, Gustavus. *Apollonii Dyscoli Quae Supersunt*. Lipsiae: in Aedibus B. G. Teubneri, 1910.

_____. *Dionysii Thracis Ars Grammatica*. Lipsiae: in Aedibus B. G. Teubneri, 1883.

URBANAS, Alban. *La Notion d'Accident chez Aristote: Logique et Métaphysique*. Montréal/Paris: Bellarmin/Les Belles Lettres, 1988.